



Psicanálise de casal e família Desafios clínicos e ampliações teóricas

Organizadoras: Magdalena Ramos, Isabel Cristina Gomes, Maria Inês Assumpção Fernandes, Maria Lucia de Souza Campos Paiva, Ruth Blay Levisky e Silvia Brasiliano

Editora: Escuta, 2018, 211 p.

Resenhado por: Cynara Cezar Kopitke¹

Psicanálise de casal e família: desafios clínicos e ampliações teóricas testemunha a fundação da Associação Brasileira de Psicanálise de Casal e Família (ABPCF). O livro reúne textos de psicanalistas que se dedicam à clínica e à pesquisa no campo da vincularidade, alguns deles oriundos do simpósio ocorrido em setembro de 2017 que deu origem à ABPCF.

Janine Puget, inquietante mestra, inaugura a leitura questionando nossa necessidade de delimitar começos ou fundações: por que nos ocupamos tanto com o início, com a busca de uma origem, com uma marcação da história, quando a história cria o presente e/ou a cada dia se cria uma nova história e novos presentes? Tendemos a traçar linearidades, causalidades diante da imensa quantidade de estímulos e do inesperado, fonte constante de sofrimento. Em contraponto ao determinismo causal, Janine reporta a espera que pode advir da ilusão de que algo particular vai acontecer, como vicissitude da experiência de satisfação e do desejo, e a espera que advém do que acontece no espaço de produção *entre* sujeitos a partir do encontro. Nas análises de casal e família, a espera é um tema recorrente, relacionado a cobranças, angústias, desilusões e a uma abertura para a reflexão sobre o que chamou *distorções da espera*. Esperar algo semelhante ao conhecido tende a reduzir aquilo que surpreende (por ser novo) ao já sabido.

Os dois textos seguintes apresentam um panorama histórico da psicoterapia psicanalítica de casais e famílias. Luiz Meyer, diversamente de Puget, privilegia a perspectiva pulsional, indo das relações objetais aos vínculos. Os intercâmbios são pensados com base nos mecanismos de identificação, sobretudo a identificação projetiva. O grupo familiar, significando uma rede

1 Psicanalista. Membro titular didata da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre (SBPdePA). Membro titular da Associação Brasileira de Psicanálise de Casal e Família (ABPCF).

de intercâmbios, forma acordos e conluios em operação conjunta e em cumplicidade para a manutenção de funcionamentos a serviço de um equilíbrio vantajoso a todos, inclusive àquele que ocupa o lugar de vítima ou paciente emergente.

No terceiro artigo, Olga Ruiz Correa historiza o movimento que parte da psicanálise bipessoal à grupal, lembrando a resistência das sociedades psicanalíticas à abordagem intersubjetiva, considerada subversiva ao método clássico. O afastamento de Pichon-Rivière da Associação Psicanalítica Argentina, instituição da qual foi fundador, deveu-se à transgressão de trabalhar com grupos. A passagem do intrassubjetivo ao intersubjetivo promoveu uma ruptura epistemológica que ainda demanda uma nova metapsicologia e transformações do método.

O texto seguinte, de Simone Robles e Maria Inês Fernandes, propõe uma ampliação do campo clínico ao social, situando o psicoterapeuta na intersecção entre o subjetivo e o objetivo. Em contextos que reportam efeitos de violações de direitos dos sujeitos, a escuta precisa voltar-se aos sofrimentos relacionados à intersubjetividade e também às privações materiais que demandam assistência social. Relatam o trabalho em grupos operativos com famílias beneficiárias de um programa social, que apresentavam condição de pobreza e falta de acesso a direitos fundamentais, como saúde e educação. Não se trata de atender em psicoterapia familiar, mas de construir com o grupo um arranjo possível com recursos presentes naquele território e que façam frente às vulnerabilidades que se apresentam. O processo grupal evidenciou que, quanto maior a vulnerabilidade social com respeito às necessidades básicas, maior a violência em suas variadas formas: doméstica, urbana e de Estado.

A leitura continua com Ana Carolina Fernandes e Isabel Cristina Gomes abordando a construção da identidade do terapeuta de casal e família e os desafios da formação clínica dentro de serviços-escola. A clínica de casais e famílias apresenta-se mais complexa que a clínica individual, sobretudo no referente à transferência e à contratransferência, o que torna fundamental o tratamento pessoal do terapeuta iniciante. A inclusão de referenciais teóricos específicos à clínica vincular e a prática clínica nos cursos são apontadas como essenciais à formação. Ressaltam o uso de recursos artístico-expressivos como ferramenta para minimizar defesas, comunicar aspectos inconscientes não nomeados e dar vazão a desejos e necessidades, contribuindo para a compreensão da dinâmica psíquica dos pacientes e auxiliando também no manejo das ansiedades inerentes ao terapeuta iniciante.

Lisette Weissmann discorre sobre a clínica e a teoria das configurações vinculares, em especial as novas famílias do século XXI: famílias reconstituídas, monoparentais, homoparentais ou constituídas por reprodução assistida em seus diversos formatos. Emprega o conceito de vínculo proposto por

Berenstein e Puget, o qual compreende dois ou mais sujeitos em presença na conformação de um espaço entre, que os relaciona além do espaço intrapsíquico das relações de objeto. A perspectiva dos sujeitos em presença implica uma imposição do irrepresentável do outro, inerente a uma diferença radical não apreensível, o *ajeno* do outro. A diferença mobiliza o trabalho de vínculo, o que torna relevante uma escuta voltada ao discurso produzido no momento do encontro, conforme vai se construindo. Ao privilegiar o espaço entre sujeitos, torna-se secundária a investigação de dados pregressos da história e da relação; a escuta se dirige para o mal-estar e a dor provindos do vínculo. É preciso, para tanto, enfrentar a necessidade determinista de estabelecer começos, que serve para evitar o sofrimento mental provocado pela descontinuidade.

O próximo artigo introduz a dimensão da clínica proposta para os capítulos finais do livro. Magdalena Ramos e Maria Lucia Campos Paiva abordam o tema atual e polêmico da homoparentalidade, ilustrando, através de vinhetas, as diversas problemáticas suscitadas nessa configuração. Levantam diversas questões, como a possibilidade de repetição da homoafetividade dos pais pelos filhos, as implicações da escolha do método de concepção nos casais impossibilitados de gerar filhos entre si e os efeitos possíveis da ausência da figura masculina ou feminina nas famílias homoparentais. As autoras posicionam-se sobre essas questões com a interlocução de Lidia Levy e Ana Hoffman.

Lidia Levy propõe a não generalização dos possíveis efeitos decorrentes da parentalidade homoafetiva e/ou da doação de gametas, e interroga sobre o lugar concedido ao doador. Enfatiza a importância de apresentar ao filho a história de suas origens, pois a produção das narrativas transmitidas à criança sobre sua concepção é fundamental em seu processo de simbolização. Ana Hoffman relaciona os preconceitos, quais forem, à dificuldade humana em tolerar o novo, valorizando o trabalho de conscientização via educação, arte, leis e mídias, como meio de enfrentamento e mudança. Quanto às novas formas de fertilização, sublinha a construção de uma historização da concepção através de um conteúdo valorativo que auxilie o desenvolvimento da identidade e da autoestima da criança. A narrativa, necessariamente, não passa pelos fatos concretos, os quais podem, ou não, ser explicados à medida que o filho cresce.

Desejo e envelhecimento na sexualidade conjugal é o tema do oitavo artigo, trabalhado por Rosely Pennacchi e Sonia Thorstensen através do relato de uma psicoterapia de família que evoluiu para o atendimento do casal. A primeira fase do tratamento buscou instaurar a diferenciação entre o núcleo familiar e as famílias de origem, bem como entre as gerações. Os efeitos da influência do pai da mãe sobre essa família destituíam o marido de valor fálico para a esposa e para os filhos, promovendo turbulências e sofrimento vincular. Em determinado momento do processo, houve a transposição a um *setting*

de casal, e as questões da sexualidade emergiram, aparecendo a evitação da mulher e a reação depressiva do homem diante da rejeição dela, situação que foi relacionada ao lugar que o pai/sogro ocupava nesse casamento. A diferenciação entre o outro como objeto interno e o outro real em sua alteridade demandou muito trabalho e um esforço nem sempre alcançado. Mas o diagnóstico de um câncer de mama na esposa aportou novos elementos, entre eles uma atitude positiva e esperançosa do marido, estimulando-a na luta pela vida. O vínculo passa por transformações significativas nos laços de amor e desejo.

Janine Puget e Angela Piva comentam esse trabalho. Janine começa interrogando sobre como um analista faz para criar um espaço entre os sujeitos quando o que se apresenta é a dificuldade de fazer algo entre eles. Sem desprezar os determinismos causais, a autora aponta para um presente que precisa ser construído. Um casal ou uma família precisam *ir sendo* criados através de espaços de intercâmbio, sejam eles sexuais, de diálogo ou de fazer algo juntos – trabalho vinculante que faz parte do cotidiano e não é uma aquisição definitiva. Angela Piva, por sua vez, salienta a complexidade da equação entre sexualidade e conjugalidade, desejo e amor, somando-se a isso a passagem do tempo e os efeitos do envelhecimento. Quais seriam os vértices possíveis de abordagem à clínica da inibição sexual desde uma perspectiva vincular? Um desses vértices seria a trama fantasmática do casal, em que alianças e pactos inconscientes sustentam funcionamentos repetitivos, cabendo falar em *inibição vincular* do desejo sexual. Outro vértice poderia ser a evitação do desencontro inerente a todo encontro sexual. A busca de fusão narcísica, inevitavelmente, confronta-se com a presença real do outro em sua diferença radical, não passível de redução a objeto interno. A clínica de casais, portanto, deve promover um espaço vincular onde o paradoxo da convivência entre narcisismo e alteridade sempre se apresenta.

O capítulo seguinte, escrito por Maria de Lurdes Zemel, expõe o problema da drogadição na família, contexto em que o trabalho em equipe (psiquiatra, terapeuta individual e terapeuta familiar), além de não isolar o indivíduo usuário na posição de paciente, amplia a dinâmica de entendimento e atendimento à família. A autora ilustra os desafios dessa clínica de difícil abordagem, em que o ato costuma substituir o pensamento, relatando uma situação de quebra do *setting* vincular: o filho drogadito vem sozinho à sessão, apesar da combinação de haver no mínimo duas pessoas da família. A terapeuta questiona-se sobre a urgência em tratar e curar, atitude potencialmente presente nos que trabalham com esses pacientes, e faz referência a uma megalomania dos terapeutas de toxicômanos.

Isabel Khan Marin, debatedora do artigo, aborda o que chamou de *transgressão consentida* da terapeuta e interroga se ela teria sido seduzida, contratransferencialmente, por uma família com funcionamento perverso, ou

se teria ocupado o lugar transferencial de mãe devotada dos primórdios, colocando-se a serviço de uma restituição narcísica. Sua sugestão é que o analista de famílias não substitua os papéis parentais nem o lugar do analista individual, por mais que o desamparo vivido nessas condições convoque a isso.

O livro termina com o desafio maior na clínica vincular: a violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Simone da Mota Kubiak fala de sua experiência numa instituição pública que engloba uma rede transdisciplinar de suporte e enfrentamento à clínica da violência sexual. A abordagem, tanto em atendimentos individualizados quanto em grupo, em consonância com medidas protetivas, favorece a expressão do impensável, indizível e inconfessável contido nessas vivências intrafamiliares. As estratégias de intervenção visam o desenvolvimento emocional da criança e do adolescente, e também a assistência à família como parte da vulnerabilidade, a fim de interromper o ciclo da violência. A reconstrução da história familiar não restrita à violência vivida amplia a perspectiva terapêutica. O relato do atendimento de uma criança e sua família impacta pela brutalidade dos fatos.

Eliana Kawata, em seu comentário, ressalta a tendência ao segredo na situação de abuso sexual intrafamiliar e a transmissão dos não ditos traumáticos transgeracionalmente. O horror ao incesto costuma se expressar na dificuldade em dar credibilidade à palavra da vítima, muitas vezes validada por um terceiro, o que promove abertura à intervenção da lei. A justiça restaurativa surge como um espaço de fala e escuta, tanto das vítimas quanto dos familiares, os quais participam em conjunto e ativamente na busca de compreensão e resolução dos problemas relativos ao ato criminal. De forma compartilhada e buscando o reconhecimento da responsabilidade de cada um, todos os indivíduos envolvidos têm a oportunidade de nomear e reconhecer a violência como real, condição fundamental para o processo de reparação. Esse novo paradigma de justiça afasta-se da criminalização punitiva e da dicotomia vítima-agressor, em direção ao trabalho interdisciplinar e interinstitucional.

A segunda comentadora, Maria Inês Fernandes, parte da ideia de uma clínica psicanalítica da exclusão, que demanda transformações em nossas referências clínicas clássicas a fim de atender situações que se apresentam em estado bruto, com inscrições inacabadas, não simbolizadas. A condição de negatividade presente nessas estruturas, que negam a diferença geracional, e nas quais não se construiu o vínculo de afiliação, tende a desalojar os profissionais de sua posição e a deixá-los sem recursos objetivos e psíquicos de acolhimento a esses sujeitos submetidos à desumanização.

Ao finalizar o livro, penso que as várias mãos que o construíram tocaram em diversos e relevantes temas da clínica vincular, alcançando seu intuito de disseminar a psicanálise de casal e família. Sendo um campo relativamente novo, ainda enfrenta resistências nos que trabalham com a técnica clássica,

voltada ao paciente individual e ao intrapsíquico. Além de situar o leitor na história dessa práxis especialmente complexa e desafiadora, esta obra oferece uma diversidade de perspectivas teórico-clínicas através da enriquecedora interlocução entre autores e comentaristas. Recomendo sua leitura como um interessante e agradável contato com a psicanálise da vincularidade.

Cynara Cezar Kopittke
Rua Mariante, 288/1304
90430-180 Porto Alegre, RS
cynarack@gmail.com